

ACORDOS DE CANCUN: UM FRACASSO VITOREADO

A média de temperatura global dos últimos 12 meses contínuos (2009-2010) tem sido a mais alta desde que existem medições instrumentais, e por medições indiretas é o do período mais quente do milênio. O aquecimento global avança inexoravelmente. A instância internacional que deve enfrentar o problema é a Convenção Marco sobre a Mudança Climática das Nações Unidas (UNFCCC), recentemente reunida em Cancún, México (COP-16). As negociações prévias à conferência prediziam que não seria exitosa, e durante a reunião não se haveriam acordos por nenhuma parte. No entanto, na sessão final foi proposto um pacote de acordos que resultou aprovado e euforicamente vitoreado pelos assistentes (<http://unfccc.int/2860.php>). O certo é que não houve avanços significativos, somente negociações em progresso, cujos aspectos controversais ficaram para a próxima reunião (COP-17), na África do Sul.

A continuidade do Protocolo de Kyoto (PK), um ícone para os países em desenvolvimento, foi questionada por Japón, Rússia e Canadá, que notificaram a intenção de não assinar um segundo período. O PK, que vence em 2012, é o único documento legal que obriga aos países industrializados a reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE). Argumentou-se que os 37 países com responsabilidades no PK somente emitem 27% dos GEE e querem um novo tratado vinculante, que obrigue a EEUU, China e outros grandes emissores a reduzir suas emissões. O Acordo de Cancún só estabelece que as Partes aceitam continuar negociações que garantam continuidade dos compromissos. Um diplomático “empurrar com a barriga”.

Não houve melhoras quanto à redução de emissões de GEE proposta no Acordo de Copenhague (COP-15). O avanço consiste em que agora se encontram oficialmente na UNFCCC. As reduções propostas (não vinculantes) são totalmente insuficientes e permitem predizer um aquecimento de pelo menos 3°C durante o século 21 (*Interciência* 35: 624-631, 2010). A novidade é que Cancún, por exigência dos industrializados, estabeleceu um cadastro de ações de mitigação por parte dos países em desenvolvimento, que deve ser entregue a cada dois anos e que inclui monitoramento, relatório e verificação (MRV) de emissões.

O Acordo formalizou a redução de emissões por deflorestação e degradação de bosques (REDD). Abrangendo aspectos sociais e ambientais, mas a crucial forma de financiamento permaneceu não resolvida, e a decisão final foi adiada para África do Sul. As opções são mercado de carbono vs fundos governamentais e/ou multilaterais. Vários países se opõem a que REDD seja uma nova vertente das reduções de carbono certificadas (RECs), que permitem a países industrializados cumprir

com seus compromissos de mitigação comprando RECs daqueles em desenvolvimento (*Interciência* 35: 797, 2010). Segundo os analistas, deve ser adotado um mecanismo de mercado para reunir os muitos bilhões de dólares necessários. Politicamente, os países industrializados, incapazes de reduzir suas próprias emissões, estariam prontos para financiar a relativamente mais barata REDD. Paradóxicamente, devido aos problemas de REDD, grupos defensores dos bosques são os maiores opositores ao programa e é difícil que seja formalmente adotado em um acordo da ONU. Iniciativas nacionais e/ou bilaterais parecem mais promissoras.

O pacote de Cancún reitera a promessa dos industrializados em Copenhague, de 30 bilhões de USD em fundos rápidos para 2010-2012, e 100 bilhões anuais a partir de 2020. Foi estabelecido projetar um Fundo Climático Verde sob o Controle das Partes. Demoraram um ano em colocar nome ao fundo e decidir quem será o responsável, mas a fonte do dinheiro continua sendo incerta. Outros acordos cujos detalhes também ficaram adiados incluem um Marco de Adaptação de Cancún e uma Rede de Tecnologia Climática.

Os Acordos revelam que os países em desenvolvimento fizeram concessões, enquanto os industrializados foram engenhosos em conseguir uma redução de suas obrigações. Pode dar a impressão de que estes tratam de liberar-se dos compromissos vinculantes do PK e mudá-lo por um sistema de reduções voluntárias, como o de Copenhague. Além disso, o mecanismo de desenvolvimento limpo, reforçado em Cancún (a captura e sequestro de carbono seria incorporada ao sistema), lhes permitiria utilizar cada vez mais RECs para cobrir obrigações. É claro que as ações dos países em desenvolvimento, que emitem ~58% dos GEE, são cruciais para mitigar a mudança climática, mas a maior responsabilidade, reduzindo emissões e financiando aos países mais pobres, sem dúvida corresponde aos industrializados.

As negociações da UNFCCC têm sido lentas e pouco exitosas, incluindo o PK. O fracasso de Cancún, fantasiado de êxito, é extremamente perigoso: distorce a realidade e levanta falsas expectativas. A desculpa “se restaurou a fé no processo multilateral”, é questionável. O tempo se esgota, pois para evitar um aquecimento desastroso, um início vigoroso e sem demora da mitigação é imprescindível. Igualmente que o aumento da temperatura, as negociações diplomáticas da UNFCCC seguirão, mas se corre o risco de que acordos e medidas cheguem a um mundo totalmente febril. Talvez o caótico clima deveria ser tratado por instâncias mais flexíveis?

EUGENIO SANHUEZA

Instituto Venezuelano de Investigações Científicas